



Caros associados

Cá estamos após as eleições legislativas do passado dia 30, cujos resultados já todos conhecem e sobre os quais não fazemos quaisquer interpretações ou comentários, a vida continua. Todavia é certo e anunciado que nesta legislatura iremos ter muita contestação, quer no funcionalismo público, quer nas empresas do setor empresarial do estado, como também nas forças policiais. É provável que a direita radical que sempre foi contra o sindicalismo e agora tem voz grossa no parlamento, irá aproveitar para sair do casulo e transformar-se em falsa “defensora” dos trabalhadores. Portanto, não vai ser fácil, o que já não era, a vida sindical nos próximos anos. Mas, é perante as dificuldades que a luta é mais aguerrida e as vitórias mais saborosas! Vamos à luta!

Partilhamos convosco a atividade sindical deste mês:

Medway

Após apresentação pela empresa de uma proposta de AE, com a qual não concordamos e sobre a qual expressámos os nossos pontos de diferença, pois não aceitamos que a empresa discrimine trabalhadores. Na proposta apresentada, comparativamente com o Acordo de Empresa assinado com outra ORT, é notório o tratamento diferente para as mesmas matérias que devem ser de aplicação transversal e não exclusivas de determinada categoria.

No dia 24 de janeiro, fomos novamente brindados com uma nova proposta com ligeiras retificações, mas com as mesmas discriminações e ainda com o anexo III atualizado, o qual contestámos, pois nunca em tempo algum desde a CP, à CP Carga, foram estabelecidos salários diferentes entre as Chefias Intermédias. Na última proposta, constatámos que as Chefias Intermédias da tração auferem vencimentos superiores aos propostos para as restantes Chefias Intermédias da empresa, diferença que se situa entre 62,79 euros no escalão 271 e 47,36 euros no escalão 194. Simplesmente inaceitável!

Nada temos contra o salário das Chefias da Tração, mas não aceitamos esta discriminação, pelo que, ou a empresa reconhece valor às restantes Chefias Intermédias, ou a ASCEF não participará no desenlace final.

Iremos enviar a última proposta da Medway para que todos os nossos associados desta empresa, de antemão saibam do que falamos.

Mais uma vez solicitámos à empresa uma reunião bilateral... aguardamos.

IP

Nesta empresa algumas ORT aceitaram a proposta de aumentos salariais que já partilhámos na informação enviada aos associados, embora sendo um pouco repetitivos, a proposta consistiu em:

- Salário mínimo nas empresas do grupo IP – 715 €
- Salários superiores ao SM e até 1000 € – aumento de 20 €

- Salários superiores a 1000 €, até 2000 € – aumento de 15 €
- Salários acima de 2000 € – aumento de 10 Euros
- Subsídio de refeição, com aumento de 0,13 cêntimos/dia, passa para 7,63 €
- Distribuição (aleatória e não quantificável dizemos nós) dos restantes 400.000€ pelos trabalhadores abrangidos pelas ajudas de custo e que não recebiam horas de viagem.

Quando ocorreu a negociação do ACT alertámos a empresa para a dualidade de critérios a que ficavam sujeitos os trabalhadores abarcados pelas ajudas de custo e pelas deslocações. Com a alteração agora introduzida, estes trabalhadores somam as horas de viagem às ajudas de custo. A aplicação das horas de viagem apenas tinha aplicação associada às deslocações, e esta proposta inverte a situação, ou seja, a maioria dos trabalhadores em especial os ferroviários ficam comparativamente prejudicados. Por essa razão, também não entendemos por que os sindicatos de base ferroviária assinaram o acordo.

Acresce ainda que esta proposta de abono de horas de viagem não foi incluída no ACT, não houve alteração à cláusula 36ª, portanto, duvidamos da sua legalidade.

Mais do que o dinheiro, assumimos os nossos compromissos, fomos coerentes com os nossos princípios e entendemos que esta proposta não era benéfica para os nossos associados. Não concordamos e não assinámos a proposta, também por ser penalizadora para um grupo grande de associados, que teriam maior aumento salarial por aplicação de 0,9 %, tal como no setor empresarial do estado.

Ao que sabemos, apesar de não termos assinado este acordo, a IP irá fazer a aplicação a todos os seus trabalhadores.

CP

Na Comboios de Portugal, é mais do mesmo. Ainda não foram integrados os trabalhadores da ex-EMEF, o que condiciona a almejada fusão (pela empresa) dos dois acordos AE Geral e AE da ex-EMEF. A reunião marcada em dezembro, para dia 01 de fevereiro foi a pedido da empresa adiada para 17 de fevereiro.

A ASCEF nesta negociação investirá em primeiro lugar na aplicação de aumento salarial a todos os trabalhadores, depois após da integração dos trabalhadores da ex-EMEF e em sede da AE e RC, tudo fará, para que às Chefias intermédias seja reconhecido o justo valor!

A convite da CP estivemos na inauguração da “nova loja” (bilheteira), de Entroncamento, um espaço renovado, agradável em que a CP deseja alterar o conceito de bilheteira. Apesar de tudo, em nosso entendimento “a loja” tem demasiado espaço para o interior, espaço limitado para o cliente, falta de pictograma a indicar o dispensador de senhas, bem como, falta de obra para acesso a cliente de mobilidade reduzida.

Aproveitamos a deslocação, e trocamos algumas ideias com os nossos colegas da Fiscalização de Receitas que se encontravam em Entroncamento.

Temos a nossa posição bem definida e sabemos o que queremos para as Chefias Intermédias e não sendo muito, não é nem mais, nem menos, do que aquilo que entendemos merecer.

Participem na vida sindical da associação, divulguem, quanto mais formos, mais fortes seremos!